

015

COMUNICAÇÃO SOCIAL, OPINIÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



O POSICIONAMENTO SOBRE O PROGRAMA UPP NO DISCURSO DE FOTOS JORNALÍSTICAS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Janaina Dias Barcelos – DECOM/CCHLA/UFRN

INTRODUÇÃO

Ao estudar a representação das favelas e de seus moradores em fotos jornalísticas do jornal “O Globo”, podemos perceber como a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), enquanto política pública, perpassa o discurso visual desse meio de comunicação de massa, colaborando para o engendramento de imaginários sobre esses lugares, essas pessoas e essa proposta de segurança pública, direcionando o olhar dos leitores do jornal para uma determinada visão de mundo, conseqüentemente para a formação da opinião pública.

Este trabalho pretende apresentar parte dos resultados da análise de 302 fotos jornalísticas sobre favelas cariocas publicadas em “O Globo” e algumas das reflexões que fizemos neste estudo, focando, para este artigo, na conexão dessa política pública de segurança com o discurso imagético das fotografias do jornal.

Inicialmente, não havia interesse específico em estabelecer relações do discurso fotojornalístico de “O Globo” com as UPPs, entretanto percebemos que tal tema se apresentaria de alguma forma e em algum momento de nossa investigação, a qual se insere no campo da análise do discurso jornalístico, a partir de uma perspectiva semiolinguística. A Teoria Semiolinguística entende o discurso como ato de linguagem, como troca comunicativa entre sujeitos que estabelecem estratégias para que tal troca se efetive, segundo um contrato e uma situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2005, 2009, 2010).

A partir dos discursos que coloca em circulação, os meios de comunicação de massa contribuem para a construção de subjetividades, de modos de olhar para o outro, logo, de conhecê-lo e julgá-lo, a partir das representações sociais que mobilizam, as quais podem reforçar, muitas vezes, estereótipos negativos sobre determinados grupos sociais. Quando, nesse discurso, percebemos relações com políticas públicas, neste caso da área de segurança pública, conseguimos, ainda, identificar possíveis alinhamentos entre tais propostas e o posicionamento do veículo de comunicação. Tal debate é fundamental no contexto brasileiro, em que existe uma concentração da mídia em poucos grupos, o que contribui para a produção de discursos unificantes e generalizantes, em detrimento do direito a uma comunicação plural e diversa.

Apesar de as UPPs não terem sido foco da tese, elas foram empregadas como marco temporal para definição do recorte do nosso *corpus*. Como fato relevante na definição de políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro, elas não poderiam ser desconsideradas, uma vez que, historicamente, tais políticas sempre estiveram intimamente ligadas ao engendramento de representações sociais sobre as favelas. Sendo assim, o primeiro ano verificado, numa análise piloto, foi 2012, por ser a data de instalação do maior número de UPPs no ano desde o início do programa, inclusive na maior favela do Rio, a Rocinha, e numa das maiores da zona norte, o Complexo do Alemão; na sequência, consideramos o intervalo de dois anos entre os períodos, 2010 e 2014.

O programa das UPPs começou a ser implantado no final de 2008 pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, sendo planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. A proposta seria seguir os princípios da polícia de proximidade, que pressupõe a parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O objetivo seria retomar permanentemente as favelas dominadas pelo tráfico. Seus idealizadores defendem o papel da pacificação no desenvolvimento social e econômico das áreas que recebem o programa, ao facilitar a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, além de investimentos privados.

Entre as críticas ao programa está o fato de a pacificação se fundamentar em uma instituição presa à cultura militar de repressão e punição e a interesses do Estado. Também pesam contra ele o uso de estratégias explícitas de violência e implícitas de controle social, conforme estudos de Bayarri (2015). Para o autor, a cidadania, em vez de um direito universal, apareceria como uma concessão dada pelo Estado aos residentes de favelas. Ele critica ainda os conceitos de ordem e de limpeza, característicos do traço militar, presentes em discursos que propõem limpar a favela, retirando os traficantes, para estabelecer a ordem.

A professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Helena Moreira Alves, doutora em Ciência Política pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), é crítica contundente da política de segurança pública baseada em UPPs. Para ela, as comunidades onde há Unidades de Polícia Pacificadora instaladas vivem em um estado de exceção, em que as pessoas têm seus direitos constitucionais mais básicos desrespeitados no dia a dia¹. Para estudar o assunto, a pesquisadora morou por seis meses em três diferentes favelas da cidade².

O FOTOJORNALISMO COMO DISCURSO PRODUTOR DE SENTIDOS

Logo de início, é importante compreender que abordamos a fotografia jornalística como discurso visual, logo, com intencionalidades e produtora de sentidos. Empregamos o conceito de fotojornalismo de Sousa (2004, p. 12), que caracteriza essa atividade jornalística como aquela que busca “informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista (...) através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico”. Para o autor, o fotojornalismo tem papel social relevante porque revela, expõe, denuncia, opina, informa, auxilia a conferir credibilidade ao texto verbal, além de permitir contemplar representações do mundo por meio de imagens.

Nesse sentido, outra discussão vem à tona, relativa ao contrato de comunicação entre o veículo jornalístico e seu público, baseado na credibilidade e na veracidade, e à carga de testemunho e verdade que a fotografia de imprensa carrega desde seus primórdios. Como prática de se ver e contar a realidade, como pontuam Tavares e Vaz (2005), o fotojornalismo, por meio da imagem, é um gênero que seleciona e organiza visualmente fatos do mundo, a partir de enquadramentos, ou seja, escolhas discursivas.

Assim, o fotojornalismo se especializaria em enunciar o mundo visualmente. Além de conter informações, a foto jornalística produz algum tipo de conhecimento sobre as coisas e as pessoas do mundo, bem como abarca visões sobre esse mundo retratado (e recortado). Como aponta Dubois (1992)³, a fotografia é um ato icônico, inseparável de sua enunciação, implica a questão do sujeito em processo. Ou seja, é um ato de comunicação que pressupõe interlocutores em dada situação na construção de um discurso visual. É gênero e é discurso. (BARCELOS, 2016, p. 38)

A fotografia jornalística comporta um aspecto aparentemente objetivo, oferecendo uma ilusão de transparência, que reforça sua credibilidade, diante da noção de testemunho e captação técnica de algo real. Em seus primórdios, a foto se prendia à ideia de reprodução, de imitação, devido a seu caráter analógico, porém foi se libertando dessas amarras e dessa marca inseparável da realidade ao longo do tempo, quando passou a ser compreendida como um discurso portador de sentidos, a partir de escolhas de linguagem. No entanto, essa ideia de mimese ainda repercute num discurso jornalístico que se apresenta como verdadeiro e digno de credibilidade.

¹ Informações obtidas em entrevista concedida pela pesquisadora a Yan Boechat, do site medium.com. Disponível em: <<https://medium.com/@Yanboechat/a-policia-mata-mais-hoje-do-que-na-ditadura-militar-a3695eac613e>>. Acesso em 1 abr. 2019.

² Em agosto de 2013, Maria Helena Moreira Alves publicou, em parceria com o historiador Phillip Evanson, o livro “Vivendo no Fogo Cruzado” (Unesp), em que analisa os impactos das UPPs nas comunidades cariocas.

³ Cf.: DUBOIS, Philippe. *O acto fotográfico*. Lisboa: Veja, 1992.

O indivíduo, quando acessa um veículo de comunicação informativo, logo se depara com as fotografias, plenas de sentidos possíveis. Muito mais que recurso ilustrativo, elas carregam discursos e intenções, além de serem resultado de negociações antes e depois de sua produção, até chegarem ao ponto de serem veiculadas. Assim, tais imagens constituem uma proposta de leitura sobre o mundo.

AS FOTOS JORNALÍSTICAS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Muitas pessoas só têm acesso a determinadas informações – verbais, visuais, sonoras e audiovisuais – por meio dos meios de comunicação, uma vez que não temos a experiência do vivido, apenas o acesso mediado. No caso das favelas do Rio de Janeiro, é possível que boa parte dos leitores do jornal “O Globo”⁴ não conheçam de perto uma dessas comunidade, a não ser por meio do que recebem pela mídia.

O público-alvo de “O Globo” são pessoas das classes A (15% dos leitores) e B (50% dos leitores) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar desse foco, ele já atinge 28% da classe C. O jornal é lido por homens (52%) e mulheres (48%), a maioria com ensino superior (39%) e médio (22%)⁵. Pesquisa sobre os hábitos de consumo do público leitor mostra que 80% possuem casa própria e 66% viajaram para o Brasil ou para o exterior nos últimos doze meses⁶. Essas pessoas, ao verem a favela e os moradores de favelas retratados por “O Globo”, se informarão, conhecerão o tema e terão opinião sobre ele, a partir das representações sociais mobilizadas nesse discurso visual. Devido ao contrato jornalístico de credibilidade e veracidade, juntamente com o caráter de testemunho e a ideia de reprodução da realidade, o veículo pode produzir um efeito de real por meio da fotografia jornalística, capaz e reforçar a crença de que aquele lugar e aquelas pessoas são tal qual o jornal apresenta.

O risco, aqui, é a mídia manter um olhar simplificador que, segundo Derville (1997), recorreria a categorias generalizantes, uniformizantes, que deixam de revelar a diversidade de experiências, condições, perspectivas possíveis, fazendo circular discursos estereotipados e até estigmatizantes. O autor verificou que as periferias são noticiadas, em grande parte, quando palco de acontecimentos dramáticos ou espetaculares. Para Derville (1997), a própria triagem do que será ou não noticiado e mostrado se contrapõe à noção de espelho da realidade e fidelidade aos fatos, evidenciando que a atualidade resulta de uma construção, um colocar em forma e em perspectiva (*mise en forme, en perspective*), isto é, escolhas do que e como mostrar a partir de qual ponto de vista.

Besnard (2005)⁷ segue na mesma linha, ao afirmar que as fotos, na mídia, fazem parte de um *mise en forme de l’actualité*, presidida por uma intenção da publicação. Complementando esse raciocínio, em Montanola (2007, p. 215)⁸, encontramos as expressões *mise en forme médiatique*, que para a autora é sinônimo de *mise en sens du réel*. Nesse caso, ela se refere ao fato de os meios de comunicação construírem o acontecimento de modo a buscar conferir determinado sentido a um recorte do real. Nesse processo, a autora entende que as rotinas jornalísticas promoveriam uma construção partilhada da atualidade, guiada por esquemas de representação, em adequação a expectativas estereotipadas de jornalistas, redações e leitores. (BARCELOS, 2016, p. 52)

Desde o surgimento das favelas no Rio no final do século XIX e início do XX, passando por seu desenvolvimento até os dias atuais, foram sendo construídas e disseminadas representações sociais sobre esses espaços urbanos e seus habitantes. E, nesse cenário, um dos produtores desses discursos que faziam tais representações circularem foi a imprensa.

Estudos de Valladares (2005) mostram que a elaboração dessas representações sociais remonta a textos e imagens legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX, de diferentes tendências ideológicas e políticas, que, amplamente divulgados naquele momento, atuaram na criação de um imaginário coletivo sobre as favelas e seus moradores, a partir de um viés que opunha favela e cidade, morro e asfalto.

⁴ O jornal diário “O Globo” existe desde 1925, pertence ao Grupo Globo, de propriedade da família Marinho. Segundo pesquisa de 2014 da revista “Forbes”, a família Marinho, detentora do Grupo Globo (nova denominação das Organizações Globo), seria a mais rica do Brasil, com uma fortuna estimada em US\$ 28,9 bilhões. O Grupo é o maior conglomerado de mídia da América Latina, donos de Rede Globo, Canal Futura, Net, Sky, Globosat, Sistema Globo de Rádio (Rádio Globo e CBN), jornais O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico, Globo.com, Editora Globo, gravadoras Som Livre e RGE, Globo Filmes, Globo Marcas.

⁵ Infoglobo (2019)

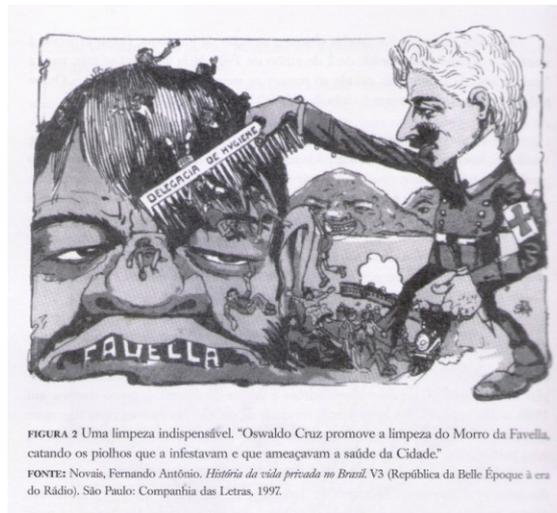
⁶ Infoglobo (2015).

⁷ Cf.: BESNARD, Véronique. *Mise en images du conflit afghan*. Rôles et utilisations de la photographie dans la presse internationale. Paris: L’Harmattan, 2005.

⁸ Cf.: MONTANOLA, Sandy. Représentations et stéréotypes de l’image médiatique des boxeuses de haut niveau. In: BOYER, Henri (dir.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Tome 1 – Média (tisation). Paris: L’Harmattan, 2007. p. 215-224.

Para se ter uma ideia, com a disseminação da ideologia higienista no final do século XIX, habitações populares na região central da cidade passaram a ser vistas como problema, e políticas públicas se direcionaram para o extermínio dos cortiços desses locais⁹, considerados como lugar de pobreza, vagabundagem, crime, epidemias, ameaça, e cujos moradores pobres eram associados a classes perigosas (CAMPOS, 2007). Imagens referentes a esses espaços remetiam à negatividade, como a charge publicada em vários veículos da época, retratando o Morro da Favela, que já estava ocupado por ex-moradores dos cortiços destruídos e ex-combatentes que retornavam de Canudos e do Paraguai (SILVA e BARBOSA, 2005).

Figura 1 – Morro da Favela associado a sujeira, doença, falta de higiene, e o médico sanitarista Oswaldo Cruz, responsável por “limpar” a cidade durante o governo



Fonte: Silva e Barbosa (2005, p. 28)

O discurso da imprensa foi relevante na construção de imaginários sobre a favela ao longo do tempo, apresentando-a como um outro mundo separado da cidade, lugar de pobreza e marginalidade. Silva e Barbosa (2005) levantam uma série de exemplos dessas publicações:

Em 1909, a revista *Careta*, na reportagem *O Rio desconhecido* dizia que, apesar de ter pessoas honestas, a favela era um antro de marginais e que deveria ser arrasada em nome da decência e da higiene; em 1927, o documentário *Como vivem os habitantes da Favela*, de Mattos Pimenta, responsabilizava o Morro pela corrosão da capital e de sua beleza, como lugar sujo, promíscuo e de horror. Em 1926 e 1927, uma campanha contra as favelas em prol da modernização e do embelezamento do Rio ocupou as páginas dos principais jornais da cidade, sustentada pelo Rotary Club, que reunia importantes setores econômicos da sociedade, conforme pesquisa de Valladares (2005). Diante das políticas remocionistas e da construção de parques proletários, o jornal *O Globo* assim se manifestava em novembro de 1941: “Fora da lei os donos das favelas! Vai ser derrubada a primeira cidade de folha-de-flandres e em seu lugar surgirão casas higiênicas para a população mais pobre do Rio” (PARISSE, 1969, p. 68-69)¹⁰. (BARCELOS, 2016, p. 104)

Estudo de Amoroso (2008), a partir do depoimento de quatro fotojornalistas que cobriam favelas nas décadas de 1960 e 1970, aponta que os discursos eram construídos com base na linha editorial de cada veículo: enquanto o jornal “Última Hora” favorecia cenas de crimes, tiroteios e bandidos conhecidos na época, o “Correio da Manhã” focava em aspectos políticos e sociais, com tom policial. O Morro da Providência, por exemplo, era percebido como lugar de “malandros e degenerados sociais, constituindo-se foco de promiscuidade e perigo local” (AMOROSO, 2011, p. 70). Percebemos, ao verificar as constatações do autor, que ambas as publicações se apoiavam em critérios negativos para a seleção das notícias sobre as favelas, como violência, pobreza e sofrimento, o que reforçava o imaginário que começou a ser estruturado no final do século XIX e início do XX.

A partir dos anos 1980 até a década de 2000, Baiense (2014) identifica algumas transformações no discurso jornalístico sobre as favelas cariocas, em análise dos veículos “O Globo” e “Jornal do Brasil”. Até meados dos anos 1990, a favela era enquadrada como lugar de ausência e os favelados, como vítimas da sociedade. Com o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas, a cobertura jornalística adota tom espetacular, apresentando as favelas como lugar de risco. A autora destaca que o imaginário da favela como lugar da violência decorre de múltiplos fatores¹¹, porém ressalta o papel preponderante da mídia para reproduzir e fixar essa visão.

⁹ Em 1886, a iniciativa de remoção ganha reforços com o Conselho Superior de Saúde Pública e a pressão do governo para expropriar os cortiços e destruí-los. Um marco nas ações do poder público foi a destruição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, o maior da cidade, no local onde futuramente passaria a atual avenida Rio Branco.

¹⁰ Cf.: PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido*. Rio de Janeiro: PUC, 1969.

¹¹ A territorialização das favelas pelos traficantes, o aumento da criminalidade nos centros urbanos, a descrença nos políticos, por exemplo.

Em nosso estudo, a partir do levantamento de referências bibliográficas diversas sobre o tema, percebemos que o surgimento e o desenvolvimento das favelas cariocas foram acompanhados de visões sobre esses locais e seus habitantes, produzindo e consolidando uma memória discursiva sobre eles e seus respectivos imaginários, muitos deles associados a pobreza, desorganização e perigo. As “soluções”, via políticas públicas, geralmente, relacionavam-se a processos de remoção e repressão. Um dos imaginários que repercute ainda é o de local de perigo. O que nos ajuda a entender as relações discursivas jornalísticas que envolvem favelas e UPPs.

Com o aumento da taxa de homicídios, roubos e outros crimes na cidade do Rio de Janeiro e com o domínio territorial das favelas pelo tráfico de drogas, cresce a associação entre criminalidade e pobreza. A mídia oscila entre defender políticas para reduzir as desigualdades e aumento da repressão policial, colaborando para a circulação de discursos que advogam o uso da força e da violência no combate ao crime. Nos anos 2000, eleva-se a sensação de insegurança no Rio de Janeiro, e o discurso da mídia, segundo Baiense (2014), foca naquele que está fora da favela como vítima.

AS UPPS, AS FAVELAS E A IMPRENSA

Se consideramos um contexto em que impera a cultura do medo e a estigmatização das favelas, uma política pública de pacificação surge como “solução ideal”. Segundo Baiense (2014), a imprensa enquadra o caráter pacífico das operações policiais e o Estado como agente que vai libertar a sociedade do tráfico e incorporar as favelas à cidade. O enquadramento midiático, portanto, dá-se a partir da criminalidade e das UPPs como solução para a violência urbana, do viés da segurança pública. A autora lembra que, quando se propõe pacificar, pressupõe-se que há uma guerra: um estado de guerra e um território em guerra.

Fizemos um levantamento de vários estudos que relacionam favela e UPPs, antes da análise de nosso *corpus*¹². Bayarri (2015) ressalta que a incorporação do conceito de pacificação contribui para a construção de uma fronteira via estigma entre os membros “normais” de uma favela e os criminosos, provocadores da desordem, posicionando estes últimos como origem-raiz das carências nas favelas. O pesquisador aborda a questão do imaginário da violência que pesa sobre tais espaços urbanos, devido à generalização que as torna homogêneas, a despeito das várias diferenças existentes entre e no interior delas, remetendo a representações sociais que foram se cristalizando com o tempo. Ele destaca que as próprias políticas aplicadas seriam consequência desse imaginário. Ao generalizar, aplicar-se-iam políticas homogêneas, considerando igual qualquer lugar sem a presença do Estado, mas com presença de tráfico armado, sem levar em conta suas diferentes realidades. Para o autor, a política das UPPs seria cega a esse perfil múltiplo, reduzindo à essência seu sistema classificatório, o qual enquadra a favela como espaço onde vivem pobres, potenciais criminosos.

Por outro lado, Burgos *et al.* (2011) apontam que a subordinação da agenda social à policial, a se seguir à ocupação, com a promoção do acesso a iniciativas de inclusão social, tenderia a gerar uma desconstrução da favela como local por excelência da criminalidade. Assim, o acesso à cidadania passaria a se confundir com o discurso da pacificação. Além disso, os autores discutem que as UPPs obrigaram o discurso político a complexificar o debate em torno da segurança pública, ao focarem no objetivo de acabar com a circulação de armas nas mãos dos traficantes nas comunidades, em vez da pretensão de acabar com o tráfico.

A cobertura dos jornais “O Globo” e “O Dia” sobre a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão em 2010 foi objeto de análise de Matheus e Silva (2013). Os autores verificaram que as reportagens sobre esse acontecimento colocaram o morador da favela como vítima, libertada pelo Estado do domínio do tráfico. Eles ainda mencionaram que os jornais, até 2013, não admitiam sinais de suspeição sobre a eficácia do projeto das UPPs. Tal percepção se aproxima daquela apontada por Baiense (2014) e Rocha (2010). O estudo apresenta algumas fotos jornalísticas para exemplificar o discurso dos jornais, nas quais o traficante é visto como responsável pela “guerra”, os policiais surgem como guerreiros e heróis, como emissários da paz, e os favelados, como pessoas que agora estão livres do tráfico e podem voltar a ter esperança.

A relação entre a instalação das UPPs, os megaeventos no Rio e as representações das favelas e dos favelados foi o foco do trabalho de Palermo (2013), que verificou o discurso do governo sobre as UPPs na mídia carioca e o conteúdo do Dossiê da Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O autor concluiu que há um objetivo não declarado do projeto das UPPs, presente nos não ditos, de vigilância e controle das comunidades que recebem essas Unidades de Polícia, e o qual revela uma faceta de continuidade do tratamento das favelas como problema, tanto territorial quanto de violência. Para ele, opera-se a partir de uma representação estigmatizada das favelas como ameaça, como iminente perigo social, logo, como locais que precisam ser vigiados e controlados pelo Estado via força policial.

¹² Esclarecemos que, a partir deste trecho deste artigo, trazemos, de modo adaptado, o texto de nossa tese, para evitar citações excessivas da própria autora, destacando que tais informações estão disponíveis na tese completa, no repositório de teses da biblioteca da UFMG, porém não foram publicadas ainda em revistas científicas, nem em anais de eventos.

Também sobre o discurso da mídia envolvendo UPPs, megaeventos e segurança pública, o artigo de Freitas *et al.* (2010) reforça a mudança de enfoque que os veículos de comunicação adotaram na construção de um imaginário de paz e felicidade. Na análise comparativa das coberturas do réveillon (2008/2009 e 2009/2010) e do carnaval (2009 e 2010) pelos jornais “O Globo” e “Jornal do Brasil”, o estudo mostrou que o discurso da violência, com textos sobre denúncia de balas perdidas na orla, violência em Copacabana e a festa de ano novo dos traficantes, foi substituído por um discurso de alegria e tranquilidade, com destaque para a presença das UPPs na zona sul e a garantia da segurança e paz. No carnaval de 2010, não houve notícias de violência urbana.

Esses resultados encontram ressonância nas discussões de Burgos *et al.* (2011), que apontam como as UPPs receberam apoio da grande mídia, peça-chave na visibilidade e no discurso de êxito do programa e relevante na obtenção do apoio da opinião pública. Os autores citam que, desde o início, logo após a ocupação da primeira favela, a grande imprensa já conferia projeção à UPP desproporcional ao seu alcance na época. Relacionados ao apoio da mídia, encontram-se o apoio do empresariado e a preparação do Rio para receber megaeventos internacionais, com a consequente oportunidade de negócios que vem na esteira desses eventos.

Percebemos que o discurso da mídia é capaz de colaborar para o fortalecimento do discurso da força como solução, o que pode gerar aceitação e apoio das ações policiais por parte de segmentos da população. Porém, é possível compreender que a imagem do morador de favela passou por ressignificações, do miserável, do marginal em potencial, para a vítima do tráfico, apontados por estudos como os de Silva e Barbosa (2005), Baiense (2014), Matheus e Silva (2013) e Rocha (2010). Tal discurso também se apoia na busca da construção de uma imagem das forças policiais como heroicas, instrumento do Estado para a retomada da liberdade, o que poderia continuar reforçando o discurso do uso da força, porém pelo viés do “salvador” em vez da insegurança.

O QUE NOSSO CORPUS MOSTROU

Na análise geral, os resultados do estudo de 302 fotografias de favelas cariocas publicadas em “O Globo” nos meses de setembro, outubro e novembro, dos anos 2010, 2012 e 2014, identificamos que as UPPs ocuparam boa parte das pautas, sendo um forte critério de noticiabilidade no período investigado. Os temas mais presentes foram tráfico de drogas (41%), a maior parte com foco no combate a esse tipo de crime; UPPs (26%), com diversos enfoques, e Eleições (12%), já que nosso recorte acabou por contemplar anos eleitorais. Fundamental ressaltar que a ação policial perpassa todas essas coberturas.

Podemos inferir que, como as UPPs geralmente estão ligadas ao combate ao tráfico de drogas nas comunidades ditas pacificadas, a maior parte do enquadramento dos temas as engloba. Entretanto, temos que levar em consideração a especificidade de um acontecimento de 2010, que foi a ocupação da Vila Cruzeiro e do Alemão, o qual contribuiu para a elevação do número de imagens referentes ao tema combate ao tráfico de drogas, ou como o nome da vinheta do jornal “O Globo” diz, “A Guerra do Rio”, diretamente associada à dicotomia paz x guerra. De qualquer maneira, mesmo se não levássemos em conta a cobertura maciça da tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão pelas forças de segurança pública, esses três temas – tráfico, UPP e eleições – ainda seriam os mais presentes na cobertura do jornal no período analisado, nessa ordem.

Verificamos que o tema UPP aparece majoritariamente em cenas da vida cotidiana e de policiamento, porém de maneira bem menos ostensiva que nas imagens sobre tráfico de drogas. A iconicidade nos aponta uma vida tranquila na maior parte das favelas fotografadas, em que os habitantes convivem bem com a polícia e podem seguir suas rotinas. Ao olharmos para essas cenas, o imaginário da tranquilidade e da segurança pode ser acessado, no entanto, associado ao tema pacificação, o que nos leva a estabelecer conexões do tipo favela-polícia-paz. Os moradores aparecem como protagonistas mais vezes, geralmente para ilustrar essa tranquilidade e os benefícios da UPP para suas vidas, e também em fotos onde não vemos a presença policial.

Desse modo, parece-nos que o jornal teria um projeto de fala claro de defesa do atual modelo de segurança pública que contempla a instalação de UPPs como solução para a questão do tráfico. As imagens de “O Globo” buscam, na maioria dos casos, apontar o lado positivo das Unidades Pacificadoras. Apesar de também publicar imagens de ações militares de implantação dessas Polícias, elas são em menor número quando a pauta é especificamente a UPP. No caso das cenas com operações militares ostensivas, geralmente a pauta é combate ao tráfico de drogas, mesmo que tais ofensivas sejam para que possam ser instaladas, futuramente, UPPs naquelas favelas, como foi o caso da ocupação da Vila Cruzeiro e do Alemão.

Esse foi o acontecimento de maior visibilidade tanto pela dimensão da operação, quanto por sua cobertura espetacular. Parece-nos que o jornal funcionou como uma “vitrine” que exibiu a capacidade do Estado para agir, sua força e o sucesso ao “vencer a batalha”, como constatamos nas análises do tema tráfico. A cobertura desse acontecimento teria funcionado como uma espécie de modelo do potencial do Estado para lidar com situações desse tipo, uma narrativa exemplar para servir de lição.

Do grupo de imagens que focam na pauta UPP, encontramos apenas quatro que exibem um aparato militar mais potente, que pode ser ligado ao imaginário da guerra. Dessa forma, parece haver uma separação na cobertura jornalística e fotográfica que associaria operações de guerra a combate ao tráfico e cenas de tranquilidade, segurança e convivência pacífica a UPPs. Interessante haver essa divisão nos tipos de cobertura, já que os temas tráfico e UPP são intimamente conectados. Essa estratégia discursiva poderia revelar a intenção implícita de promover as associações que citamos, numa possível defesa do atual programa de segurança pública para favelas do Rio.

Como as UPPs envolvem forças policiais, é importante mencionar que, do total das fotografias do *corpus*, cerca de 40% trazem a presença de forças de segurança pública, seja retratando militares em operações especiais ou em policiamentos de rotina, ou destacando veículos da corporação, entre carros e blindados. Se somarmos as fotos que trazem policiais efetuando a prisão de criminosos, o número de fotos com as forças de segurança sobe para 50% aproximadamente.

Das fotos com a presença de forças de segurança, em cerca de 60% elas aparecem em cenas onde há moradores, sejam estes como atores ou como figurantes. Nos outros 40%, vemos apenas a presença da polícia, tanto em fotos com indivíduos ou grupos fardados, quanto acompanhados de veículos a trabalho, sejam eles viaturas ou blindados.

Seguindo em nossa análise, identificamos que as forças de segurança pública reúnem duas categorias de imaginários: o da segurança e o da cordialidade, que acabam se conectando a outros. Na primeira, entram imagens que mostram a supremacia dos militares, seja por seu aparato bélico, por cenas de ação, pela prisão de criminosos; na segunda, vimos momentos em que residentes e policiais se integram por meio de gestos cordiais ou de uma convivência pacífica, a despeito das operações que ali ocorrem. Esses aspectos foram as principais regularidades encontradas no grupo de imagens analisadas em relação à presença das forças de segurança pública.

Percebemos também que as cenas de ação militar, as quais resgatam imaginários ligados à guerra, foram mais comuns em favelas da zona norte, enquanto, na zona sul, predomina a ideia de calma, estabilidade e convivência pacífica. Isso pode passar ao leitor a visão de que as favelas da zona norte sejam muito mais perigosas que as da zona sul, onde mora parte das classes A e B da cidade, logo, público-alvo do jornal “O Globo”. Tal modo de apresentação pode colaborar para a construção de um imaginário de paz na zona sul, passando tranquilidade para o público do jornal, já que, agora, em locais como Rocinha, Santa Marta, Cantagalo e Babilônia, “já pode subir” e até “se misturar”.

A ideia de cidade partida parece ir além da dualidade morro x cidade formal, pois haveria também uma divisão entre o que acontece próximo da maioria dos leitores, na zona sul, e distante, na zona norte, relembrando que a zona oeste permanece praticamente invisível nas coberturas, realizadas de modo bastante pulverizado.

Ao refletir sobre as imagens dos militares em ação, visualizamos algumas subcategorias: operações de guerra, prisões e policiamento cotidiano. Além dessas três, também trabalhamos com integração com a comunidade. Assim, acreditamos cobrir os dois imaginários que identificamos de modo mais explícito.

Na subcategoria operações de guerra, agrupamos as imagens que trazem tanques e cenas de ação com armamento ostensivo. Os imaginários bélicos são mobilizados em grande parte delas, pela exibição de tanques e outros veículos pesados, helicópteros, fuzis, uniformes e capacetes. Muitas imagens mostram vários policiais em ação, passando a ideia de que o efetivo é grande na operação, colaborando para um imaginário de supremacia e de força. Também fortalece esse ponto de vista o fato de muitas cenas revelarem ação, movimento.

Ao olharmos para as fotos em que aparecem tanques e blindados, se não soubéssemos o contexto, ficaria difícil imaginar que se trata de uma operação numa cidade que não está em guerra, pois o que as imagens passam é um verdadeiro aparato bélico de grande porte, que acessa outras imagens já vistas de guerras pelo mundo afora. Como sabemos que o país não está em guerra, é impressionante verificar que esse tipo de arsenal é mobilizado numa operação urbana em determinados pontos específicos de uma cidade: as favelas. Dessa maneira, promove-se uma associação entre guerra e favela, que pode naturalizar um discurso que apresenta esse tipo de ação nesses locais como necessária, ao mesmo tempo em que reforça a representação social de favela como local de perigo (assim como numa guerra) e violência, decorrente desse estado de coisas, além de fortalecer o discurso da necessidade da chamada pacificação. Afinal, paz e guerra são lados de uma mesma moeda.

Portanto, ao nos depararmos com a exibição da favela como um cenário de guerra, podemos acessar discursos recorrentes que veem esses aglomerados como problema a ser solucionado, como local de marginalidade, de ameaça. Essa relação interdiscursiva pode reforçar o imaginário da favela como outro lugar, diferente de “nós”, que precisa de alguma solução. E, historicamente, temos visto que as políticas públicas têm se voltado para remoções e repressão policial, que não “solucionam” a raiz da questão, arraigada nas desigualdades sociais e na ausência de ações do Estado que garantam a cidadania dos residentes em favelas e periferias, bem como no fortalecimento do tráfico de drogas e na corrupção que envolve a polícia e a própria política.

Em relação ao policiamento cotidiano, sem operações táticas, ocupações e ações do gênero, em que os militares se encontram no ambiente da favela em seu dia a dia, chama atenção o fato de os moradores conviverem com essa presença constante como se isso fosse a regra e não a exceção. Em várias fotos, as pessoas parecem seguir sua rotina, a despeito da presença da polícia. Esse tipo de discurso imagético pode engendrar um discurso de naturalização da situação, como se fosse comum ter policiais todos os dias na sua rua e na porta de sua casa. Essa postura dos residentes é encontrada tanto em fotos que exibem policiamento cotidiano quanto em algumas de momentos de operações especiais.

O que a maior parte das imagens com presença das forças de segurança parece indicar é que esses atores fazem parte do cotidiano das favelas. Tanto pela quantidade de fotos e de temas nos quais estão envolvidos, quanto pelo modo como são apresentados visualmente. Seja em operações de guerra, seja no policiamento cotidiano, essa figura é constante nesses aglomerados urbanos do Rio de Janeiro. Ao exibir essa presença maciça, pode-se pensar em duas questões: na mobilização de um imaginário de segurança por eles estarem lá, no controle da situação; e/ou na naturalização de uma situação como sendo típica de favelas, representada como local de perigo que necessita de intervenção. Seja em qual caso for, o militar aparece como aquele que está no domínio, que tem poder e força, que está preparado para vencer a guerra.

Interessante observar, ainda, que apenas nas fotos em que identificamos momentos de convivência pacífica e cordialidade entre moradores e policiais, há algum tipo de postura ativa do morador, que participa da cena. Nas outras, eles aparecem como figurantes, que caminham, que passam por ali, que observam, como se fosse rotineiro ter militares por todo lado, inclusive fortemente armados. Esses habitantes não são identificados, nem nomeados nas legendas; são anônimos, mais um em meio a tantos. Os protagonistas nessas imagens não são eles, mas sim os policiais.

Nossa metodologia consistiu na análise das imagens a partir de cinco categorias: a) tematização (tema da pauta); b) figuração da cena (o que a superfície da imagem mostra); c) linguagem fotográfica (planos e ângulos); d) intericonicidade (relação entre imagens); e) imaginários sociodiscursivos (visão de mundo proposta a partir da mobilização de representações sociais no e pelo discurso).

Nossa base foi a Teoria Semiollingüística, numa análise do discurso que busca compreender e descrever o funcionamento dos signos produzidos pela e na sociedade e que nela circulam. Entendemos discurso como ato de comunicação sócio-historicamente determinado, como uma maneira de apreender a linguagem, de utilização da linguagem por sujeitos em dado contexto. E linguagem compreendida como sistema social e histórico de representação do mundo. Isto é, como forma social de comunicação e significação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fotos de nosso *corpus*, conjuntamente com o levantamento de referências bibliográficas sobre o tema, conduzem-nos à percepção de que o jornal “O Globo” apresentaria um posicionamento implícito, identificado por meio da análise do discurso das fotos jornalísticas publicadas no período analisado, favorável à política de segurança pública representada pelo programa de Unidades de Polícia Pacificadora.

Grande parte das imagens, observadas em sua iconicidade e em seus aspectos conotativos, indica tal postura, apresentando ao leitor uma proposta de leitura do mundo, a qual entenderia que essa vertente pacificadora – em contraponto com uma situação imageticamente retratada como sendo de guerra – seria uma solução positiva para a cidade. Além disso, esse olhar pode colaborar para manter o estigma das favelas como lugar de crime e perigo, logo, que precisa de intervenção via uso da força.

Observar a presença de tanques de guerra e militares em ação na cidade, como estratégia de ocupação de favelas, validadas por uma política pública de segurança, proporciona a relação com imaginários ligados à violência e ao medo e, ao mesmo tempo, à força e à segurança, dependendo de quem olha a imagem: se mora ou não em favela, por exemplo.

Considerando que o público do jornal “O Globo” são, principalmente, indivíduos das classes A e B da Região Metropolitana do Rio, como já mencionamos, pode-se ter um projeto de fala que aponte a força e o poder do Estado em ação, de forma a garantir a segurança de quem mora “do lado de cá”, na chamada cidade formal. O reforço desse tipo de imaginário fortalece as representações da favela como um lugar perigoso que necessita de intervenção militar, a despeito de outras características do lugar e de seus moradores, além de manter a ideia de cidade partida.

Lembramos que a maior parte das fotos do *corpus* foi captada antes da realização da Copa do Mundo no Brasil e que poderia haver intenção de tranquilizar as pessoas quanto à segurança, bem como mostrar que o Estado teria o controle da situação, vide a quantidade de reportagens sobre as UPPs e o processo de pacificação. Mesmo porque, em 2016, ainda seriam realizados os Jogos Olímpicos. A impressão é de que as favelas da cidade estão sob domínio das forças de segurança pública, sendo a zona norte ocupada por um arsenal bélico e a sul, já pacificada. Fica a sugestão de dar continuidade ao estudo, contemplando esses períodos subsequentes.

Se pensarmos qual a linha editorial do jornal “O Globo”, podemos inferir um posicionamento favorável a esse tipo de política pública, o qual interfere na escolha de o que e como publicar, com qual intenção. Apesar de se colocar como um veículo voltado para o interesse público, não se diz claramente o que seria esse interesse, como mostram estudos de Moreira (2006). Ficam claros a defesa da economia de mercado, o apoio declarado a candidatos a cargos eletivos em editoriais e o apoio a programas e ideias que se coadunem com os princípios do jornal, porém sem aprofundamento no que implicariam essas posições.

Os Princípios Editoriais do Grupo Globo, lançados em 2011, apontam para um jornalismo “isento” e “sem viés”, o que, na verdade é uma impossibilidade inerente à própria linguagem. Além disso, sabemos que o sistema de mídia brasileiro se caracteriza pelo monopólio familiar dos meios de comunicação, pela pequena diversidade externa do ponto de vista político e pelo viés conservador. Isso pode ser confirmado pelos estudos de Azevedo (2006, p. 90), que identificou, na grande imprensa, “um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes¹³”.

Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral (AZEVEDO, 2006, p. 95)

Estudos como os de Azevedo (2006), bem como o entendimento de que a opinião de “O Globo” expressa o posicionamento da família Marinho, ajudam-nos a perceber as relações da mídia brasileira com a política e seus direcionamentos e intencionalidades. Sabemos que esse posicionamento acaba por interferir, mais ou menos explícita ou implicitamente, nos enfoques das matérias jornalísticas de várias editorias e, conseqüentemente, na seleção das fotos a serem publicadas.

Em um país no qual cinco famílias¹⁴ controlam metade dos meios de comunicação com maior audiência¹⁵ (a maior parte nas mãos do Grupo Globo), é fundamental refletir sobre como seus veículos de informação abordam políticas públicas que afetam a vida do cidadão. Cidadão este que tem o acesso à informação como um direito humano fundamental numa sociedade democrática.

Tal concentração é possível porque o parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Federal Brasileira não foi regulamentado pelo Congresso, nem há medidas eficazes de acompanhamento e controle. Segundo o documento maior da nação, “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Além disso, não há restrições à propriedade cruzada dos meios de comunicação (com exceção da tv paga). Isso permite o domínio de vários segmentos. Esse cenário é problemático porque, por um lado, reduz a possibilidade de pluralidade de pontos de vista, a independência e a transparência e, por outro, favorece a interferência de interesses econômicos, políticos e religiosos na produção dos conteúdos.

¹³ O autor chama de “públicos fortes” aqueles “constituído pelos grupos que possuem recursos políticos, simbólicos ou econômicos suficientemente fortes para produzir agendas e tomada de decisão e influenciar a opinião pública” (AZEVEDO, 2006, p. 98-99).

¹⁴ Família Marinho (Grupo Globo), família Saad (grupo Bandeirantes), família Edir Macedo (Record), família Sirotsky (RBS) e família Frias (grupo Folha).

¹⁵ Fonte: pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor* ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervozes e a *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF). Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 3 abr. 2019.

A pluralidade e a independência da mídia são elementos chave da democracia, porque a existência de meios de comunicação diversos, livres e independentes resulta, potencialmente, na circulação de um maior número de informações e de pontos de vista divergentes. A quantidade e a qualidade da informação, a diversidade e o confronto de concepções em circulação são essenciais para que a população faça parte da definição dos rumos do país, acompanhe as ações dos governantes e cobre a realização de suas demandas. Por outro lado, a concentração no mercado de mídia dá aos proprietários dos meios de comunicação uma influência desproporcional na formação da opinião pública e no exercício do poder. Além disso, impede que informações alternativas e pontos de vista divergentes cheguem à população, dificultando o controle social. (BANDEIRA, p. 34)

Uma das bases da democracia é o acesso à informação plural e diversa, com várias vozes em circulação, o que não ocorre num sistema concentrado, ou seja, muitos meios nas mãos de poucos. Juntando a tudo isso a consciência de que os discursos, sejam verbais ou visuais, carregam intencionalidades, compreendemos que, quando veiculados por poucos que detêm a maior parte da audiência, a tendência à formação de uma opinião pública com base em posicionamentos únicos é muito maior. Nesse sentido, as representações sociais mobilizadas por tais discursos – como o de favela enquanto lugar de criminalidade – além de redutores, colaboram para o fortalecimento de preconceitos e da discriminação em relação aos moradores desses espaços urbanos. No caso deste estudo, apontam o uso da força via ocupação militar, legitimado por uma política pública, como solução, reforçando o estigma das favelas como problema.

REFERÊNCIAS

- AMOROSO, Mauro. Memórias do olhar: as favelas do Rio de Janeiro na lembrança dos repórteres fotográficos. *Antíteses*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 151-173, janeiro/junho 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1430>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abril/maio, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- BAIENSE, Carla. O lugar da favela no noticiário carioca. Uma análise do enquadramento em O Globo e JB. *Revista Ecopós*, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1286>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- BANDEIRA, Olívia. Concentração da comunicação e os riscos à democracia. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. *Comunicação e direitos humanos*. Minas Gerais, 2018. p. 34-41. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interman005cmdhs18.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- BARCELOS, Janaina Dias. *Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas*. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BAYARRI, Gabriel. UPPs: o crime como doença e a barreira de castas. *Outras palavras*, São Paulo, 9 jun., n. p., 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/upps-o-crime-como-doenca-e-a-barreira-de-castas/>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- BURGOS, Marcelo Baumann *et al.* O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, ago/dez, p. 49-98, 2011.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela*. A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sociocomunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: PAULA, Luciana. STAFUZZA, Grenissa (Orgs.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 259-284.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso*. Modos de organização. Tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GRAVASSI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2005. p. 11-27.
- DERVILLE, Gregory. La stigmatization des “jeunes de banlieue”. *Communication et Langages*, v. 113, n. 113, p. 104-117, 1997.

FREITAS, Ricardo Ferreira *et al.* Em nome do espetáculo: megaeventos, cidades e representações midiáticas. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 2010, Porto Alegre. [Anais eletrônicos]. Porto Alegre, Abrarcorp, 2010. Disponível em: <<http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/trabalhosGT6.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

INFOGLOBO. Nossos produtos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Acesso em: 19 mai. 2015 e 2 abr. 2019.

MATHEUS, Letícia Cantarella; SILVA, Pedro Henrique. Território retomado: o noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro. *Revista Ecopós*, v. 16, n. 3, p. 44-60, setembro/dezembro 2013. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/831>. Acesso em: 29 abr. 2015

MOREIRA, Fabiane Barbosa. *Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das "características substantivas" das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7773>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

O GLOBO. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

PALERMO, Luis Claudio. Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. *ILHA*, v. 15, n. 2, p. 311-330, julho/dezembro 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2013v15n1-2p311>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ROCHA, Daniella Guedes. Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca. XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu (MG). Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=da_batalh_a_guerra_no_rj_represen_imprens_favelas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela. Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; [X] Brasil, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 125-138, agosto 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3329>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.